

## PARECER JURÍDICO

SCDOC Nº: 4547/2019

INTERESSADO: Gerência Comercial da CEGÁS

**EMENTA:** Comercial – Análise da minuta de contrato comercial padrão – Contrato Padrão de Fornecimento Veicular Postos/Transporte Público/Frota (DO.GECOM.008) – Competência da Diretoria Executiva e Conselho de Administração.

### DOS FATOS

Trata-se de solicitação da Gerência Comercial da CEGÁS para análise e emissão de Parecer Jurídico acerca da minuta de Contrato Comercial padrão, definido como Contrato Padrão de Fornecimento Veicular Postos/Transporte Público/Frota (DO.GECOM.008).

Ressalte-se que os contratos comerciais até então utilizados pela GECOM estão balizados em modelo de contrato aprovado pela Diretoria Executiva da CEGÁS, de acordo com a necessidade de adequação às premissas contratuais com o supridor da Companhia, qual seja, a PETROBRÁS S/A.

Foram os fatos.

Passamos a análise.

### DO DIREITO

#### I. DO REGIME PRIVADO DAS RELAÇÕES COMERCIAIS DA CEGÁS.

Antes de adentrar no mérito da solicitação, faz-se necessária a realização de uma explanação acerca da exclusividade dos serviços de distribuição de gás canalizado no Estado do Ceará e da atuação da Agência Reguladora Estadual nesse âmbito.

A partir do disposto na Constituição Federal, art. 25, §2º, foi editada a Lei nº 12.010/1992, a qual autorizou a criação da CEGÁS, e, por conseguinte, celebrado o Contrato de Concessão, que tem como Concedente o Governo do Estado do Ceará e de outro lado a Concessionária, Companhia de Gás do Ceará – CEGÁS. O referido Contrato de Concessão preceitua em sua Cláusula Primeira:

**“CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO, PRAZO E ÁREA**

1. O CONCEDENTE, pelas atribuições outorgadas mencionadas, concede à CONCESSIONÁRIA os direitos de exploração dos serviços de distribuição de gás, por meio de canalizações, a todo e qualquer consumidor ou dos segmentos industrial, comercial, institucional e residencial, para toda e qualquer utilização ou finalidade.

(...)

1.2 - A exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado, se dará em todo o Estado do Ceará, única e exclusivamente pela CONCESSIONÁRIA.”

Aduz ainda o Contrato de Concessão, em sua Cláusula Oitava:

8.1 - À CONCESSIONÁRIA é concedida plena autonomia econômica, técnica, administrativa e financeira, para o regular desenvolvimento da atividade concedida.

...

8.5 - A CONCESSIONÁRIA celebrará diretamente com os fornecedores, contratos de fornecimento de gás, ficando o CONCEDENTE incumbido de auxiliar a CONCESSIONÁRIA junto às autoridades federais, na solução adequada para a fixação do suprimento do volume do gás necessário à prestação dos serviços de distribuição pela CONCESSIONÁRIA.

Visto isso, percebe-se que foi concedida à Concessionária autonomia pelo Concedente, de forma expressa no Contrato de Concessão, para celebrar diretamente seus contratos de fornecimento, cabendo ao Concedente “auxiliar junto às autoridades”, caso haja algum impedimento burocrático nos entes

administrativos, que na prática podemos atribuir às licenças/taxas que dificultam o pronto atendimento ao consumidor em prazo mais eficaz.

Noutra banda, a exploração, produção, comercialização e o transporte do gás natural são atividades reguladas pela ANP (Agência Nacional do Petróleo), diferente da distribuição de gás canalizado com fins comerciais junto aos usuários finais, que de acordo com a Constituição Federal e a Lei nº 9.478/97, é exclusiva dos Estados, exercida diretamente ou através de concessões, sendo sua competência regular esse serviço, podendo delegá-la às Agências Reguladoras Estaduais.

Assim, diante da necessidade de disciplinar a exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado no âmbito do Estado do Ceará e para assegurar ao consumidor final a qualidade do produto e do atendimento comercial, sem prejuízo da manutenção das prerrogativas Estatais, o Estado do Ceará, na qualidade do Poder Concedente, delegou esta competência à Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará – ARCE, através do Aditivo 01 do Contrato de Concessão.

Ainda, pela leitura do art. 25, §2º da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal:

Art. 25. [...]

§2º Os contratos celebrados entre a concessionária e os terceiros a que se refere o parágrafo anterior reger-se-ão pelo DIREITO PRIVADO, não se estabelecendo qualquer relação jurídica entre os terceiros e o poder concedente.

A norma, como dito acima, não afasta a legitimidade do Estado sobre o tema, sobretudo em razão da titularidade que detém para explorar e prestar o serviço de gás canalizado, por força do artigo 25, §2º da CF/88, mas em se tratando de contrato de compra e venda de fornecimento de gás firmado diretamente com o consumidor, **reger-se-á pelo Direito Privado**, não sendo estabelecida nenhuma relação jurídica entre terceiros e o Poder Concedente.



Reforçando o entendimento no tocante ao regime a ser adotado nos Contratos de Compra e Venda de Gás Natural firmado entre a Concessionária e seus contratantes, o disposto no art. 173, §1º, II, da Constituição Federal, segue:

Art.173.

§1º A lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, **da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços**, dispondo sobre:

I - sua função social e formas de fiscalização pelo Estado e pela sociedade;

II - **a sujeição ao regime jurídico próprio das empresas privadas**, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, **comerciais**, trabalhistas e tributários; [grifo nosso]

Dessa forma, conforme o disposto acima, verifica-se claramente que a CEGÁS como empresa de economia mista deverá guiar-se pelas normas de direito privado regidas pela disciplina que orienta os atos comerciais.

## **II. DO ENTENDIMENTO DOUTRINÁRIO - CIVILISTA E LEGISLAÇÕES VIGENTES.**

Os contratos em tela encontram amparo legal no Código Civil e na doutrina civilista que entende:

*“A **compra e venda** é a modalidade de **contrato** na qual uma parte se obriga a transferir a outra a propriedade de uma coisa corpórea ou incorpórea, mediante o pagamento de um preço.”*  
(Conforme entendimento do Artigo 481 do Código Civil).

Quanto à sua classificação, a compra e venda se classifica como um contrato consensual ou solene, bilateral, comutativo ou aleatório, oneroso, translativo do domínio e de execução instantânea ou diferida no tempo.

É permitido que as partes convençionem a transmissão da coisa a um evento futuro incerto, ficando sujeita a condição suspensiva ou dependente do pagamento do preço. Esta convenção se dá pela cláusula de reserva de propriedade.

Esta espécie contratual apresenta alguns elementos constitutivos. Tais como o acordo de vontades sobre a coisa (esta, deverá ter existência, ser individualizada e ser disponível) e o preço (que deverá apresentar pecuniaridade).

A compra e venda será válida somente se houver a presença dos requisitos objetivos (o objeto da compra e venda deverá ser lícito, possível física ou juridicamente, determinado ou determinável e economicamente apreciável), subjetivos (existência de duas ou mais pessoas: o vendedor e o comprador e capacidade genérica dos mesmos para os atos da vida civil e capacidade negocial) e formais (regra geral apresenta forma livre, exceto naquelas situações referidas pelo artigo 108 do Código Civil).

Nesta modalidade, alguns efeitos são gerados pelo contrato, tais como a obrigação do vendedor de entregar a coisa e do comprador de pagar o preço.

Em síntese, o contrato de compra e venda pode ser conceituado como a troca de uma coisa por dinheiro. Carlos Roberto Gonçalves conceitua o contrato em tela nos seguintes termos:

*“Denomina-se compra e venda o contrato bilateral pelo qual uma das partes (vendedor) se obriga a transferir o domínio de uma coisa à outra (comprador), mediante a contraprestação de certo preço em dinheiro.”* (GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro, volume 3: contratos e atos unilaterais - 7ª ed. São Paulo: Saraiva. 2010. p. 212.)

Ressalte-se que nos contratos de compra e venda, como no caso em tela, existe uma contraprestação, ou seja, a compra por uma parte e a venda/distribuição/fornecimento pela outra parte, confirmando a existência de uma bilateralidade, autonomia da vontade, onde as partes em comum acordo pactuam suas vontades através de um contrato devidamente assinado.



Acompanhando o ordenamento civilista, acerca dos Contratos de Compra e Venda que envolvam consumidores, dispõe o Código de Proteção e Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078/1990:

Art. 3º Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.

§ 1º Produto é qualquer bem, móvel ou imóvel, material ou imaterial.

Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

É oportuno destacar que à ARCE cabe fiscalizar e defender os interesses do consumidor, como um órgão de proteção e defesa, não excluindo em hipótese alguma a competência atribuída à matéria contratual comercial expressa no art. 173 da CF/88.

Conclui-se que os Contratos de Compra e Venda de Fornecimento/ Distribuição de Gás Canalizado, são regidos pelo direito civil, pelos princípios da boa-fé e da segurança jurídica, e são impedidos de que uma das partes do contrato altere-o unilateralmente, estando a CEGÁS sujeita ao regime das empresas privadas no que concerne à matéria de ordem comercial, considerando que é uma empresa de economia mista exploradora de atividade econômica.

### **III. DA ANÁLISE JURÍDICA DA MINUTA DO CONTRATO PADRÃO.**

Inicialmente, vale ressaltar de pronto que os contratos comerciais oriundos da Gerência Comercial e submetidos à análise desta Assessoria Jurídica devem ser classificados como de natureza privada, não cabendo, pois, espaço para

se falar em contrato administrativo em sentido estrito, pois não permite o uso das denominadas cláusulas exorbitantes (ou de privilégios), mormente a que lhe permitiria a extinção ou alteração unilateral do vínculo, nem como a sujeição de sua alteração pela novação objetiva dos volumes contratados a formalidades excessivas como condição de publicidade aos contratos e de existência e validade (ao contrário do que ocorre com os contratos administrativos).

Portanto, caso seja necessário, a realização de alterações contratuais depende da elaboração de aditamento devidamente assinado entre as partes.

A minuta encaminhada abarca a seguinte modalidade de Contrato padrão: Contrato Padrão de Fornecimento Veicular Postos/Transporte Público/Frota (DO.GECOM.008).

*A priori*, enxerga-se a divisão e padronização dos contratos comerciais por segmentos como forma de otimização das negociações entabuladas pela Companhia e Usuários/Clientes, visando a uniformidade específica, a depender do caso, e facilitação do gerenciamento de contratos.

No tocante ao mérito do pleito formulado, ou seja, da legalidade das cláusulas contratuais, os instrumentos analisados são encarados e ponderados a partir dos pressupostos da boa-fé, bilateralidade, autonomia da vontade e da segurança jurídica. Percebemos, então, que as cláusulas de objeto, vigência, obrigações gerais, caso fortuito ou força maior, garantia, valor do contrato, inadimplemento, suspensão de fornecimento e resolução do contrato, sigilo e confidencialidade, novação, superveniência de normas regulatórias, estão em conformidade com os postulados já mencionados e com o ordenamento jurídico, possibilitando à Companhia a regular comercialização do seu produto bem como o acesso dos usuários ao mesmo.

Quanto à análise das cláusulas contratuais que dispõem sobre aspectos técnicos como definições, compromissos de fornecimento e recebimento de gás, condições de ligação, tarifa do gás, faturamento e forma de pagamento, qualidade, medição, paradas programadas, vislumbramos o alinhamento de tais dispositivos, em regras gerais, às cláusulas pactuadas no Contrato firmado entre CEGÁS e o Supridor Petrobrás S/A.



Outrossim, a cláusula que trata dos requisitos de Segurança, Meio ambiente e Saúde é essencial para os contratos em tela, na medida em que deve ser considerada a perspectiva de adequação dos conceitos de sustentabilidade, segurança do trabalho, corte de custos e otimização dos trabalhos, visando a boa e regular prestação dos serviços pela Companhia.

### CONCLUSÃO

Ante todo o exposto, considerando a solicitação e análise do instrumento contratual apresentado, bem como os excertos normativos aplicáveis, esta Assessoria opina favoravelmente quanto à legalidade das cláusulas propostas no contrato comercial padrão, na modalidade Contrato Padrão de Fornecimento Veicular Postos/Transporte Público/Frota (DO.GECOM.008), sob a ótica estritamente jurídica, resguardando-se quanto aos aspectos contratuais e apreciações de natureza Administrativa/Financeira e Técnica/Comercial, efetuadas através das setoriais competentes da CEGÁS.

Por fim, ressalte-se que a matéria deverá ser encaminhada para deliberação e aprovação por parte da Diretoria Executiva e Conselho de Administração, conforme determina o Estatuto Social da Companhia, em seus artigos 15, incisos I e XII c/c art. 22, incisos I e VI.

É o parecer, S.M.J.

Fortaleza, 12 de março de 2019.

  
**REBECA ARAUJO**  
**ASJUR – CEGÁS**

De acordo:

  
**GEOVANA FRÓES**  
**ASSESSORA JURÍDICA**